



LIBERALISMO Demostenes lamenta que, para o governo, só existe na questão "a porta de saída da cadeia"

Ação do governo na cultura gera debate

Regras para produção e veiculação de filmes no cinema e na TV são consideradas, por Ideli, tão importantes quanto a campanha "O Petróleo é Nosso". Mas Tourinho rejeita o tom de "dirigismo oficial" na proposta, que recebe críticas de Heráclito

Demostenes lamenta baixo investimento em presídios

O Ministério da Justiça investiu no sistema prisional, este ano, apenas 9,66% do Fundo Penitenciário Nacional, denunciou o senador Demostenes Torres. Ele acusou o ministério de defender o afrouxamento das leis penais para permitir maior liberação de presos. Citou como exemplo a "tentação liberalizante" em relação à Lei dos Crimes Hediondos.

Página 4

Sorgo é alternativa em Pernambuco, afirma Maciel

Quando governou Pernambuco, entre 1979 e 1982, o hoje senador Marco Maciel enviou uma missão à Índia para conhecer o manejo do sorgo, cereal com alto índice energético, e introduzir sua cultura no estado. Ontem, ele fez um relato em Plenário do sucesso dessa iniciativa, informando que, na sexta-feira, o governador Jarbas Vasconcelos fez o lançamento oficial do Programa Sorgo Granífero.

Página 6



AUDIÊNCIA Osmar Dias e Hélio Costa querem levar para a Comissão de Educação o debate sobre a agência e o conselho

Página 5

Camata atribui ao "atraso" oposição a leilões da ANP

As novas áreas potencialmente produtoras de petróleo, leiloadas nesta semana pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), podem tornar o Espírito Santo a próxima província petrolífera do país, superando o Rio de Janeiro. O ponto de vista foi manifestado pelo senador Gerson Camata, que atribui à "vanguarda do atraso" a oposição aos leilões públicos manifestada por políticos e juristas.

Página 7



ESPERA Oposicionistas comparecem, mas, sem a presença de governistas, comissão mista não se instala

SEM QUÓRUM PARA AS MPS

Apenas cinco parlamentares, todos da oposição, compareceram à reunião para instalar a comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que confere *status* de ministro ao presidente do Banco Central.

Página 3



COBRANÇA Azeredo elogia governo estadual, mas reivindica do federal mais recursos para informatização

Azeredo destaca acesso à Internet em escolas de MG

A ampliação do acesso à Internet a professores e alunos da rede estadual de ensino de Minas Gerais foi festejada ontem pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Ao mesmo tempo em que elogiou a iniciativa do governador Aécio Neves, o parlamentar cobrou do governo federal a liberação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para acelerar o processo de informatização das escolas públicas em todo o país.

De acordo com Azeredo, o governo mineiro destinou R\$ 5,6 milhões para a segunda fase do projeto Escolas em Rede, a ser implementada por convênio entre a Telemar, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e a Secretaria de Educação. A meta, até 2006, é atender 996 escolas estaduais em 359 municípios.

O senador também criticou a morosidade do governo na liberação de verbas do Fust, constituído por 1% da arrecadação das operadoras de telefonia. Segundo ele, o saldo atual do fundo situa-se em torno de R\$ 3 bilhões.

Serys apela ao governo para negociar com os professores

■ Ela disse estranhar a falta de um acordo salarial com profissionais das universidades federais

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) fez ontem um apelo ao governo para que retome as negociações com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Ela disse que estranha o fato de "o governo estar negociando e encontrando recursos para implementar uma política global para o funcionalismo público, mas não encontra recursos para



DESSERVIÇO Serys acusa os governos Collor e FHC de promover o desmonte do serviço público

atender os profissionais das universidades federais".

– Os governos Collor e Fernando Henrique, baseados numa visão neoliberal, pro-

moveram o desmonte do serviço público. O presidente Lula está construindo uma política global para o funcionalismo público com reajustes salariais acima da inflação e realizando concursos – assinalou.

Serys também relatou sua participação em dois eventos internacionais: o Congresso Internacional de Transportadoras de Cargas, realizado no último dia 4 em Foz do Iguaçu (PR), e o Encontro sobre Corte Penal Internacional e Justiça de Gênero, realizado em Santiago do Chile, nos últimos dias 5 e 6.

A senadora afirmou que a principal questão discutida pelas transportadoras de cargas foi a segurança nas estradas,

não apenas em relação ao roubo de cargas, mas também no que diz respeito à recuperação das rodovias.

– E aí eu volto ao desvio de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Esses recursos precisam ser utilizados naquilo para o que foram destinados – declarou a senadora.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou que o mesmo aconteceu com outro fundo criado pelo Congresso para atender o setor de saúde.

– O governo prometeu resolver os problemas da saúde em quatro anos, mas nenhum centavo foi investido ainda no setor – concluiu.

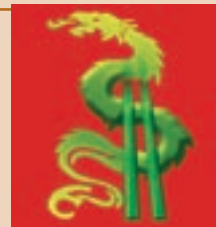
Agenda

Plenário

O Plenário realiza hoje, às 14h30, sessão não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos, somente com discursos dos senadores e comunicados da Mesa diretora. Às 16, o presidente do Senado, José Sarney, recebe o ministro da Saúde, Humberto Costa. Amanhã, às 9h, a hora do expediente vai homenagear o Dia do Maçom.

O papel da China na economia mundial

A Biblioteca do Senado, o Economist Intelligence Unit e a Agência Estado promovem hoje, às 14h30, no auditório do Interlegis, o seminário *O papel da China na economia mundial e os impactos para a indústria nacional*, com a presença do economista-chefe da Economist Intelligence Unit na China, Paul Cavey, responsável pela cobertura política e do desenvolvimento econômico na China, Taiwan e Hong Kong.



TV Senado

A TV Senado reapresenta hoje, às 9h, o documentário *Sousândrade, o guesa errante*, que mostra a vida do poeta maranhense Joaquim de Sousa Andrade. O documentário foi dirigido pela jornalista Maria Maia.

Especial Cidadania

A cartilha do **Especial Cidadania**, coletânea de textos publicados no **Jornal do Senado**, pode ser acessada pela Internet, no endereço www.senado.gov.br. Na página, o internauta pode fazer o **download** do texto integral da publicação.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Zambiasi quer garantir recursos para deficientes

Está tramitando na Comissão de Educação projeto de lei do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que equipara os valores pagos pelo Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência (Paed) aos educandos atendidos por escolas privadas aos que são pagos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental às escolas públicas.

Zambiasi explica que, em 2003, o Congresso aprovou projeto que incluía as matrículas oferecidas pelas instituições na distribuição dos recursos do Fundef. O governo vetou essa inclusão, mas encaminhou medida provisória estabelecendo o limite do valor a ser pago. "O governo ficou então com liberdade para fixar o custo/aluno no Paed bem inferior ao do Fundef", observou o senador.



EQUIPARAÇÃO Zambiasi defende igualdade entre recursos liberados para o Paed e o Fundef

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Comissões podem se instalar na próxima semana

Sem o número mínimo de sete deputados e sete senadores, foi adiada a instalação da comissão que ficará encarregada de examinar a medida provisória (MP 206/04) que criou o pacote tributário anunciado no início deste mês pelo governo. A MP reduz o Imposto de Renda sobre ações e sobre aplicações em renda fixa com prazo superior a dois anos, além de autorizar redução de impostos para compra de máquinas e equipamentos que venham a ser usados na modernização dos portos do país, nos próximos cinco anos.

Pela Constituição, comissões mistas de parlamentares têm de examinar uma medida provisória logo que ela chega ao Congresso, aprovando seu conteúdo ou propondo modificações. O parecer da comissão deve ser votado pelos plenários da Câmara e do Senado em até 45 dias depois de assinada a MP pelo presidente da República. Caso isso não ocorra, a medida passa a trancar todas as votações do Plenário das duas

Casas, devendo ser votada com total prioridade.

Também por falta de quórum, não foi instalada a comissão que discutirá a MP 205/04, que institui a subvenção para equalização de taxas de juros nos empréstimos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Na prática, o governo irá subvencionar a redução dos juros nesses empréstimos, o que exigirá do Tesouro Nacional R\$ 1 bilhão.

Nova tentativa de instalar as comissões deve ser feita na próxima semana, quando haverá maior número de parlamentares em Brasília, para o esforço concentrado de votações nesse período que antecede as eleições de outubro. Por acordo partidário, deputados e senadores poderão participar das campanhas em seus estados até o início de outubro, comparecendo a Brasília apenas para as votações. Nos outros dias, Câmara e Senado realizarão sessões não deliberativas, destinadas a comunicações partidárias e discursos.



PRESENÇA Opositores aguardam instalação da comissão que deve analisar mudança estabelecida pelo Executivo

Governista nega quórum para comissão sobre BC

Heráclito afirma que o país gostaria de ouvir explicações para elevação de *status* do presidente do BC

Apenas cinco parlamentares, todos de oposição, compareceram à instalação da comissão especial que vai analisar a Medida Provisória 207, que confere *status* de ministro e foro privilegiado ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Por falta de quórum, portanto, a comissão não foi instalada, mas os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e Paulo Octávio (PFL-DF), e os deputados José Roberto Arruda

(PFL-DF), José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Osório Adriano (PFL-DF) resolveram esperar durante uma hora, até as 18h, pela presença da bancada governista.

– Imagino que estejam em peregrinação fisiológica por ministérios, por isso vamos esperar até as 18 horas. Não acredito que os companheiros do PT nos deixem nesse constrangimento diante do país, depois de apresentarem essa medida provisória inconstitucional – disse o senador Heráclito Fortes, quando o relógio da sala 2 da Ala Nilo Coelho marcava 17h40. O deputado Osório Adriano, que presidia o ato como parlamentar mais velho, concordou.

O deputado José Carlos Aleluia acusou o presidente Lula de antecipar a culpabilidade do presidente do Banco Central com a medida provisória, que também classificou de inconstitucional.

Aleluia leu ainda os nomes do PT e dos partidos aliados que não compareceram à instalação da comissão.

O senador Heráclito Fortes disse que identificava ali vários assessores de parlamentares do PT.

– Apelo a eles para que usem seus telefones secretos, sigilosos ou privativos, e avisem aos parlamentares que venham, porque o país gostaria de ouvir as brilhantes e criativas explicações dos juristas do governo.



OBSTRUÇÃO Medidas provisórias têm prioridade para exame em Plenário e trancam a pauta se não forem votadas em 45 dias

Tuma instaura sindicância para apurar denúncia de chantagem

O corregedor do Senado Federal, Romeu Tuma (PFL-SP), instaurou sindicância para apurar, em 30 dias, as denúncias publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, no último dia 14, de que executivos do mercado financeiro e o ex-diretor de Política Monetária do Banco Central Luiz Augusto Candiota estariam sendo vítimas de chantagem com base em documentos em poder da CPI do Banestado.

A portaria do senador Romeu Tuma está sendo publicada hoje no *Diário do Senado*. Tuma ainda decidirá se vai



INVESTIGAÇÃO Portaria de Romeu Tuma está sendo publicada hoje no *Diário do Senado*

conduzir sozinho a sindicância, como corregedor, ou se indicará outros senadores para participarem.

Alvaro Dias conclama Senado a rejeitar a MP

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que o Senado deve fazer valer sua prerrogativa de defensor da Constituição e impeça a aprovação da medida provisória editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na última semana, que dá *status* de ministro ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Sem excluir a importância das iniciativas já anunciadas pelo PFL e PSDB, na área jurídica, Alvaro destacou que o Senado foi responsável pela “convalidação do nome de Meirelles” na presidência do Banco Central e deve convocá-lo para que preste conta dos seus atos.

– A edição dessa medida provisória é uma afronta à Constituição, porque não havia

nem urgência nem relevância que justificassem a utilização desse instrumento. Em segundo lugar, o objetivo da MP é blindar o sr. Meirelles contra eventuais processos em primeira e segunda instâncias, o que revela que o presidente da República o julgou e o condenou, precipitadamente, ao decidir que ele precisa de proteção – disse ele.

Ibsen

Alvaro Dias prestou solidariedade ao ex-presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro, cassado em 1993, após ter sido acusado de envolvimento com os chamados “anões do Orçamento” pela CPI que investigou, na época, desvios de recursos do Orçamento da União por deputados federais. O senador mencionou



REPARAÇÃO Alvaro presta solidariedade ao ex-deputado Ibsen Pinheiro, vítima de acusação

recente matéria publicada pela revista *IstoÉ*, que revela que, na ocasião, Ibsen foi acusado erradamente de movimentar US\$ 1 milhão no exterior.

De acordo com a reportagem citada por Alvaro Dias, o principal responsável pela divulgação da informação falsa foi Waldomiro Diniz, ex-assessor da Presidência da República, que naquele tempo era assessor do então deputado federal e hoje ministro José Dirceu.

Demostenes cobra verbas para a segurança pública

■ Senador critica a intenção do Executivo de reduzir as penas de crimes considerados hediondos

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva insiste em tráfegar no sentido proibido da construção de uma política de segurança pública para o Brasil, porque não pretende investir no setor.

A seu ver, a superlotação dos presídios, a promiscuidade administrativa e a fermentação de comandos criminosos deveriam unir sociedade e Estado na luta contra o crime. No entanto, ressaltou, "no receituário do governo Lula só existe a porta de saída das cadeias para o problema penitenciário".

Demostenes disse que a "tentação liberalizante" em relação à Lei dos Crimes Hediondos tem a finalidade apenas de dar impulso definitivo ao rodízio de presos, iniciado com o fim do exame criminológico.

– No delírio petista, a liber-



DISTORÇÃO Segundo Demostenes, predomina no governo a idéia de que o certo é afrouxar as leis penais

tação da escória irrecuperável condenada pela prática de crimes graves fará bem ao projeto de desenvolvimento do país, como quer o chefe do politiburo, o ministro-chefe da Casa Civil. De acordo com a doutrina Dircelista, ao aliviar a pressão do sistema prisional, o governo estaria drenando uma fonte sistemática de más notícias e desgastes políticos – afirmou.

Demostenes Torres considerou "um deslante" o Ministério da Justiça ter investido neste ano apenas 9,66% do Fundo

Penitenciário Nacional no sistema prisional. Em sua opinião, "predomina naquele ministério o pensamento de que o certo e prudente é afrouxar as leis penais para permitir maior liberação de presos e deixar que o sistema se acabe por falta de investimentos".

– E depois o petismo vem dizer que o sistema prisional está em colapso e que é preciso penas alternativas, quando a pressão está se elevando porque o governo federal prefere que a infra-estrutura carcerária se torne uma enxovia. Para a administração do PT, o combate à criminalidade através da repressão policial e penas rigorosas é um dispositivo autoritário e ilegítimo – protestou.

Referindo-se às iniciativas governamentais de criar o Conselho Federal de Jornalismo e a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, e de divulgar um estudo sobre os custos do Judiciário, Demostenes registrou sua indignação com a capacidade que tem o governo de Luiz Inácio Lula da Silva de "gerar problemas e desconfortos ao país".

Roosevelt Pinheiro



CRÍTICA Arthur Virgílio alerta para projeto que restringe informações sobre qualquer investigação

Governo quer calar o servidor público, afirma Arthur Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), advertiu o Congresso, da tribuna, que o governo "agora está afiando nova arma" em sua "obsessão de reduzir ou acabar com a liberdade de imprensa" no Brasil. Segundo disse, o Palácio do Planalto está preparando decreto que altera o Código de Ética do Servidor Público Federal, para determinar que só ministros, presidentes de órgãos públicos e estatais, além das assessorias de imprensa, podem passar informações a jornalistas sobre

qualquer investigação.

– O decreto, conforme notícia do jornal *O Estado de S. Paulo*, pretende calar o servidor público. Todos eles vão acabar virando robôs, comandados pela máquina do Palácio do Planalto. É mais um elo da escalada do autoritarismo que caminha velozmente por inspiração petista. É preciso que o Congresso fique alerta. Foi daqui que partiu a heróica resistência ao regime de exceção, de que temos triste memória – afirmou ele.

Virgílio destacou que a minuta do decreto já está na Controladoria Geral da União, com base em sugestão do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, segundo o mesmo jornal. Lembrou que a iniciativa ocorre poucos dias depois que o governo enviou ao Congresso projeto de lei destinado a, entre outras coisas, fiscalizar e disciplinar a atividade do jornalismo e das empresas jornalísticas, o que gerou protestos na imprensa e no Legislativo.

O líder do PSDB pediu a transcrição, nos Anais do Senado, do texto de *O Estado de S. Paulo*, para que "o historiador do amanhã" possa analisar "a verdadeira face do governo petista de Lula".



Aelton propõe garantia de trabalho para os presidiários

Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, projeto do senador Aelton Freitas (PL-MG) que torna obrigatória a oferta de trabalho aos presos e estabelece que a execução de atividades laborais é condição para a progressão de regime, saída temporária, livramento condicional e conversão de pena.

O projeto (PLS 83/04) altera a Lei de Execução Penal, que, segundo Aelton Freitas, embora estabeleça a exigência de trabalho para os presos condenados, não traz a obrigatoriedade da oferta de atividades por parte do Estado. O senador adverte que "distorções existentes no sistema de execução penal têm como

resultado o fato de que somente uma minoria da população carcerária do Brasil trabalha".

– O presente projeto torna a oferta de trabalho aos presos obrigatória, ou seja, dever do Estado e direito do preso, e, portanto, agora passível de ação civil pública em caso de descumprimento, e condiciona a obtenção de benefícios penais por parte dos condenados à execução de atividades laborais – salienta o senador. Ele argumenta que, com a adoção da medida, "o Estado torna-se responsável direto, jurídica e moralmente, pela reintegração social do preso, sob pena de responder por omissão".

Para Aelton, as medidas por ele

Célio Azevedo



OBRIGAÇÃO Aelton diz que, com a medida, Estado será responsável direto pela reintegração do preso

propostas são fundamentais para "tirar dos presídios a qualificação repulsiva que hoje recebem de universidades do crime e convidam o Estado a dedicar mais atenção à situação psicossocial daqueles que ele mesmo condena".

Projeto de Roseana Sarney celebra índio, branco e negro

Proposta da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) que fixa as datas destinadas às homenagens ao índio (19 de abril), ao branco (22 de abril) e ao negro (20 de novembro), com o objetivo de promover sua celebração em todo o país, encontra-se na Comissão de Educação para ser apreciada em caráter terminativo. O projeto regulamenta o artigo da Constituição que trata das datas de alta significação para os segmentos étnicos nacionais.

Conforme a proposta, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão definir, por meio de legislação específica, nas suas respectivas esferas, outras datas significativas para os diferentes grupos étnicos que habitam seus territórios.

Roseana lembra, na justificativa da proposta, que o dispositivo constitucional que norteia a apresentação do projeto buscou sua motivação no



Jane Araújo

DECISÃO Proposta de Roseana será votada em caráter terminativo na Comissão de Educação

imperativo da criação de datas comemorativas que rememorem a interação cultural formadora da sociedade nacional, sejam elas documentadas pela chamada história oficial, sejam elas fruto da evolução social.

A senadora pelo Maranhão recorda que o nome de Zumbi dos Palmares, por exemplo, está inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

– Esse fato representa, com fidelidade, o atual estado da questão racial entre nós, hoje, significativamente diversa de alguns anos atrás.

Propostas poderão ser debatidas em audiência

As propostas do governo para a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), que vêm recebendo críticas da oposição e de parte das bancadas governistas, deverão ser discutidas em audiências públicas da Comissão de Educação (CE) na primeira semana de esforço concentrado do Congresso Nacional do mês de setembro.

Dois requerimentos com esse objetivo serão analisados pelo colegiado durante a reunião prevista para a próxima terça-feira, dia 24. O primeiro, de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), sugere a realização de debate sobre a criação da Ancinav, em substituição à atual Agência Nacional de Cinema (Ancine). O outro, do senador Hélio Costa (PMDB-MG), propõe uma discussão a respeito do projeto de estabelecimento do CFJ.

Caso os requerimentos sejam acolhidos pela Comissão de Educação, deverão ser chamados para debater a nova regulamentação do setor audiovisual representantes dos Ministérios da Cultura e das Comunicações, do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC) e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), entre outras entidades.

A proposta de criação de um conselho para regulamentar a atividade jornalística deverá ser discutida, na comissão, com a presença de representantes da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aneer).



PREVISÃO Heráclito Fortes vê dificuldade para aprovação da Ancinav pelos parlamentares

Ideli defende mais espaço para filme nacional no cinema e TV

■ Ela diz que proteção ao audiovisual é tão importante quanto foi a campanha "O Petróleo é Nosso"

Ao defender ontem, em discurso no Plenário, a proposta do governo que fixa novas regras para a produção e veiculação de filmes no cinema e na TV, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou que facilitar a exibição de produtos audiovisuais nacionais é uma "questão de soberania cultural e econômica". Ela criticou especialmente a posição contrária das emissoras de TV à reserva de espaço para as produções brasileiras.

Na opinião da senadora, a defesa do audiovisual do país é tão importante hoje quanto o foi no início dos anos 50 a campanha do monopólio estatal do petróleo, com o lema "O Petróleo é



DEBATE Ideli Salvatti destaca que projeto está disponível na Internet para consulta e sugestões

Nosso". A líder do PT sugeriu a atualização desse *slogan* para "A Telinha é Nossa".

Ideli observou que, ao lado da dominação cultural, fonte de dominação política e econômica, o controle do mercado de filmes e outras produções pelos norte-americanos representa uma perda de renda enor-

me para o setor audiovisual e outros correlatos no Brasil. Segundo afirmou, a indústria audiovisual é responsável pela segunda maior fonte de receita dos Estados Unidos, cujo cinema hoje ocupa 85% das exibições em todo o mundo. O homem forte da indústria cinematográfica norte-americana, Jack Valente, em encontro com o presidente George W. Bush, teria colocado como meta a ocupação de 100% do mercado mundial, disse a senadora.

– Os Estados Unidos não vão descansar enquanto não dominarem a tudo e a todos – alertou.

Ideli contrapôs a essa meta o desafio lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sentido de que o povo brasileiro tenha acesso ao seu cinema, "nem que seja a custo zero". A líder do PT esclareceu que esse custo zero seria a exibição na TV, que hoje alcança 41,5 milhões de domicílios.

Durante seu discurso, Ideli anunciou a adesão do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) à Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Cinematográfica Brasileira, coordenada pelo deputado Washington Luiz. Ela também recomendou visita à página do Ministério da Cultura na Internet, onde está disponível para consulta e sugestões o projeto de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav).

– Estão nos acusando de autoritarismo e stalinismo, mas não é verdade. O projeto está em fase de debate, aberto a qualquer brasileiro – disse a senadora. Ela rechaçou ainda as acusações de que o governo age de forma autoritária no encaminhamento de proposta que cria o Conselho Federal de Jornalismo e na edição de medida administrativa que permite troca de informações sigilosas entre órgãos do governo.

Tourinho pede ao ministro da Cultura que reflita sobre projeto da Ancinav

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) criticou ontem, em discurso, dispositivos da proposta do governo que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e pediu aos integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, da qual faz parte, especial atenção ao anteprojeto.

Ele também pediu ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, que "pare e reflita sobre a proposta, que não coaduna com sua história". Tourinho apontou inclinação intervencionista

do texto do anteprojeto e "tom dirigista", opinião, segundo ele, acompanhada por personalidades como a jornalista Miriam Leitão e os cineastas Arnaldo Jabor e Cacá Diegues, entre outros.

Um dos pontos criticados pelo senador é a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica e Audiovisual Brasileira (Condecine), tributo que incidirá, entre outras fontes geradoras, na exploração comercial de obras cinematográficas e videofono-

gráficas e na venda de ingressos ao consumidor.

– A criação de taxas dessa natureza para o setor cultural terá a perversa consequência de aumentar ainda mais a exclusão cultural – sustentou o parlamentar.

Tourinho criticou ainda a instituição de "uma superestrutura burocrática" para fiscalizar as atividades cinematográficas e audiovisuais, que exigiria a criação de 510 cargos públicos. O anteprojeto, acrescentou, transfere para a tutela da An-



CRÍTICA Tourinho é contra tributo para desenvolvimento da indústria cinematográfica e audiovisual

cinav até o que é recolhido de direitos autorais de músicas utilizadas pelas emissoras de TV, que em 2003 representou arrecadação da ordem de R\$ 100 milhões.

Heráclito critica iniciativas sobre audiovisual e jornalistas

A população "assiste estupefada" às novas propostas do governo de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav), afirmou ontem o senador Heráclito Fortes (PFL-PI). Para ele, só o fato de o partido do governo pensar em um texto como o do projeto de lei que cria a agência causa estupeficação, assim como saber que partiram do Palácio do Planalto as bases propostas para criação do CFJ.

Heráclito iniciou o pronuncia-

mento referindo-se à líder do PT, Ideli Salvatti (SC), que acabava de deixar a tribuna. O representante piauiense ressaltou que se solidarizava com a senadora, para ele uma "heroína escalada para, às terças-feiras, pautar a semana do partido. Passam-lhe os assuntos mais difíceis de defender". Acrescentou que Ideli faz "a defesa do impossível".

Criticando o fato de a líder ter deixado o Plenário durante seu discurso, Heráclito disse que o governo "impõe uma solidão ao

Plenário", que acaba relegado a parlamentares da oposição ou então a "governistas rejeitados", citando o ex-ministro da Educação e senador Cristovam Buarque (PT-DF), que estava no Plenário. Segundo Heráclito, os senadores que apóiam o governo estão nos ministérios, tratando de liberação de verbas para a construção de estradas e escolas.

– No Brasil, todo o mundo sabe que o governo só atende aos que lhe dizem amém – enfatizou.

Heráclito afirmou não acreditar

que o ministro da Cultura, Gilberto Gil, soubesse do texto do projeto de criação da Ancinav. De acordo com o senador, o projeto não será aprovado na forma como se encontra.

Ele também criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter dito ao presidente da Costa Rica, Abel Pacheco, que fora ao Gabão "aprender como se governa um país por 37 anos". Esse é o tempo da ditadura de Omar Bongo naquele país africano. Em aparte, recebeu apoio de Alvaro Dias (PSDB-PR).



OPORTUNIDADE Mozarildo diz que país necessita dar mais valor ao conhecimento do que à produção

Mozarildo: Brasil precisa estar atento à "terceira onda"

Citando artigo dos escritores americanos Alvin e Heidi Toffler, publicado recentemente no *O Estado de S. Paulo*, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que o Brasil precisa se esforçar para recuperar o tempo perdido em termos de atraso no processo de industrialização pelo qual os países mais desenvolvidos já passaram. Segundo o senador, o Brasil também tem que estar atento às novas oportunidades abertas pela chamada "terceira onda", termo cunhado pelos autores que designa a valorização do conhecimento sobre a produção industrial.

O senador acredita que apenas investindo na valorização do conhecimento será possível diminuir as diferenças entre países industrializados – que "pegaram" a segunda onda da industrialização e agora seguem na terceira – e os que não conseguiram atingir esse patamar. Mozarildo Cavalcanti acha que esse é o único meio de diminuir a pobreza.

O senador lembrou que, em 2000, chefes de Estado e de governo participaram da Cúpula do Milênio, em Nova York, com o objetivo de firmar metas para diminuir a pobreza no mundo. O principal objetivo fixado foi o de, até 2015, cortar pela metade o número de pessoas com renda diária de menos de um dólar. Mas as dificuldades para atingir esse objetivo são imensas, destaca.

– A questão é complexa e delicada. Nos momentos de transformação, somos chamados a deixar de lado preconceitos e maneiras esclerosadas de pensar, a mudar nossos paradigmas, e isso nem sempre é fácil – afirmou.

Sorgo é opção agrícola em Pernambuco, diz Maciel

■ Senador elogia lançamento de programa pelo governador Jarbas Vasconcelos

Quando governou Pernambuco, entre 1979 e 1982, o hoje senador Marco Maciel (PFL-PE) enviou uma missão à Índia para conhecer o manejo do sorgo, cereal com alto índice energético, e introduzir sua cultura no estado. Ontem, ele fez um relato em Plenário do sucesso dessa iniciativa, informando que, na última sexta-feira, o governador Jarbas Vasconcelos fez o lançamento oficial do programa Sorgo Granífero.

De acordo com Maciel, além das condicionantes climáticas favoráveis a essa cultura, Pernambuco tem agora, sob a liderança de Jarbas Vasconcelos, uma administração com visão estratégica e empreendedora para levar essa cultura adiante. Ele sustentou que o semi-árido tem vocação para a produção desse cereal e que agora Pernambuco possui tecnologia, em mais de 100 municípios, no agreste e sertão, para a cultura da gramínea.

O senador afirmou que um



ALTERNATIVA Marco Maciel destaca que o sorgo pode ser empregado na alimentação humana e em rações

dos pilares da riqueza pernambucana é a avicultura. O estado é o maior produtor de ovos e de carne de aves do Norte e Nordeste. Entre os maiores insumos do setor avícola, disse ele, estão o milho, o farelo e o grão de soja, dos quais Pernambuco é grande importador. Em sua opinião, excelente sucedâneo desses insumos é o sorgo granífero, também conhecido como milho zaborro e egípciano.

De acordo com Maciel, as experiências recentes são estimulantes para o investimento nessa cultura. Ele mencionou as últimas duas safras, quando o sorgo foi plantado, suces-

sivamente, em áreas de 5 mil e 8 mil hectares, na região do semi-árido do estado.

O senador disse ainda que o programa prevê, com o engajamento de 5 mil produtores, distribuídos entre agricultores familiares, médios agricultores e produtores rurais que não dependem de crédito, o plantio, até 2005, de 50 mil hectares, com uma produtividade média de três toneladas por hectare.

Ele lembrou que, na época em que enviou sua missão à Índia, seu objetivo já era o emprego do sorgo na alimentação humana e na fabricação de rações balanceadas, pois uma das características dessa gramínea é sua alta estabilidade agrícola.

Maciel relatou que duas preocupações norteavam, na época, as ações do seu governo: a produção de sementes climatizadas e a criação de hábitos alimentares na população.

– Ambas alcançadas com muito sucesso, pois hoje temos, além do sorgo, sementes e receitas de iguarias sob formas tradicionais e populares no Nordeste: cuscuz, pipoca, angu, pamonha, biscoitos, macarrão, além de outras. Todas muito deliciosas, alimentícias, energéticas e baratas.



CARTELIZAÇÃO Segundo Cabral, 95% do mercado está nas mãos de seis grandes distribuidoras

Senado pode autorizar recarga de GLP nos postos

O Senado poderá autorizar a venda e recarga de botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de gás natural nos postos de gasolina, caso aprove projeto do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) autorizando esse serviço. O projeto aguarda decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos e seu autor afirma que o apresentou movido pelo propósito de defender o consumidor e combater o cartel das distribuidoras de gás.

Mais conhecido como gás de cozinha, o GLP tem seu principal emprego em fogões domésticos e é utilizado em cerca de 41 milhões de domicílios brasileiros, o que corresponde a 95% do total de moradias existentes no país. Sua forma de comercialização mais comum é o engarrafamento em botijões de 13 quilogramas, estimando-se a existência de mais de 70 milhões de vasilhames desse tipo no Brasil.

Sérgio Cabral alega que, não obstante tratar-se de produto de larga comercialização, o gás de cozinha consiste numa das mais cartelizadas atividades econômicas brasileiras, tendo em vista que 95,98% do seu mercado está nas mãos de seis grandes distribuidoras. São elas: Ultragas, Agip, Butano, Supergasbrás, Minasgás e Capagas.

Para o senador, isso faz com que as distribuidoras dividam entre si o mercado e pratiquem os preços que bem entendam, diante da inexistência de efetiva concorrência entre elas. O senador diz que o atual modelo de distribuição penaliza demais o consumidor, tendo em vista que não é possível a recarga parcial do botijão.

Raupp pede incentivo à pecuária de Rondônia

Ao analisar os resultados da atividade pecuária no país em 2004, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo por mais incentivos governamentais para Rondônia. Diante da alta nos custos de produção e do potencial do estado para a criação de gado de corte, ele pediu urgência na concessão de estímulos para que Rondônia tenha condições de impulsionar a economia regional.

De acordo com os dados disponíveis, Raupp argumenta que as mais importantes regiões pecuárias brasileiras, até o primeiro semestre, não conseguiram colher os frutos que esperavam. No caso específico de Rondônia, informou Raupp, os custos operacionais totais para os pecuaristas sofreram aumentos de 3,65% apenas em maio. E as previsões até o fim

do ano indicam novas altas que poderão ultrapassar 5%.

– Segundo os índices, quase todas as regiões estão acumulando resultados bastante tímidos e mesmo prejuízos – alertou ele.

O senador citou dados do boletim *Indicadores Pecuários*, de 16 de julho deste ano, editado pelo Departamento Econômico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepal/Esalq) da Universidade de São Paulo (USP). A série se refere ao acumulado do ano até o mês de maio.

Pelas informações do boletim, afirmou Raupp, nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo, que



DIFICULDADES Valdir Raupp observa que custos da pecuária de corte continuam elevados

representam as maiores áreas pecuárias do país, concentrando cerca de 80% do rebanho bovino nacional, os custos de produção da pecuária de corte continuam altos.

– Com taxas de juros nas alturas, dificuldades de crédito, financiamento insuficiente e insumos caríssimos, os custos operacionais enfrentados pelos pecuaristas são muito elevados – disse Raupp, observando que a oscilação constante do dólar também prejudica a atividade.



ECONOMIA Segundo Pavan, notícias têm sido exacerbadas pela máquina publicitária do governo federal

Pavan considera exagerada a "propaganda petista"

Leonel Pavan (PSDB-SC) considerou exagerada a "propaganda petista" sobre os índices econômicos do país. Para o senador, as notícias sobre um possível aquecimento da economia têm sido exacerbadas pela máquina publicitária do governo. Pavan apontou principalmente a falta de execução orçamentária como fator de desconfiança no governo, ressaltando que a preocupação da equipe econômica se resume à manutenção da política macroeconômica, em consequência dos acordos com os credores internacionais.

– Eles comemoram pequenos espasmos da economia, esquecendo-se da pressão que a carga tributária exerce no sentido inverso sobre o desenvolvimento interno – afirmou o senador, destacando ainda a alta taxa de juros como obstáculo ao crescimento do país. Para o senador, banqueiros e instituições financeiras são os grandes beneficiados por essa política de especulação.

Segundo Pavan, o não cumprimento de promessas de campanha, como a criação de 10 milhões de empregos, decorre principalmente da falta de uma política industrial para absorver mão-de-obra.

– Cadê a guinada na economia? O que vemos é que somente o superávit fiscal é essencial para sustentar a macroeconomia ditada pelos credores.

O senador de Santa Catarina lembrou que o governo destina 7% do produto interno bruto (PIB) para o pagamento de juros aos bancos.

– Todos os dias recebo e-mails e ofícios de todos os lugares do país, em que comerciantes, empresários e cidadãos demonstram seu desespero com a falta de perspectivas.

Teotonio apóia denúncia de governadores do PSDB

■ Senador endossa cobrança de investimentos e crítica concentração tributária na União

O documento elaborado pelos governadores do PSDB ao final de encontro realizado este mês em Palmas (TO), denunciando a maior concentração de receita tributária nas mãos da União registrada na história republicana e cobrando investimentos em infra-estrutura e mudanças nos limites para o pagamento das dívidas dos estados, deve servir como sugestão para os trabalhos legislativos. Essa é a opinião do senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), que pediu a transcrição, nos Anais do Senado, da carta assinada pelos oito governadores do seu partido, bem como do destaque dado pela imprensa ao que foi interpretado como o "mais duro ataque tucano ao governo".

– Os governadores do PSDB manifestam sua insatisfação com o crescente enfraquecimento da Federação, pelo



Fotos: Roosevelt Pinheiro

SUGESTÃO Teotonio diz que carta de governadores deve ajudar trabalhos legislativos

não compartilhamento das receitas da União com estados e municípios, redução das transferências e aumento de alíquotas das contribuições não compartilhadas, que resultam em elevada carga tributária, fator de estrangulamento do setor produtivo e do enfraquecimento popular – afirma o documento.

A carta assinada pelos governadores Marcelo Miranda (TO), Geraldo Alckmin (SP), Aécio Neves (MG), Marconi Perillo (GO), Lúcio Alcântara (CE),

Simão Jatene (PA), Ivo Cassol (RO) e Cássio Cunha Lima (PB) pede a adoção de "limites suportáveis" para o pagamento dos serviços da dívida dos estados, excluindo do cálculo os recursos destinados à educação e à saúde.

Para mudar essa situação, os governadores apóiam projeto de lei do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que cria um novo conceito de receita líquida real, por acreditarem que a proposta, ao mesmo tempo, mantém os contratos e devolve autonomia aos estados. A correta aplicação dos recursos da União no Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), o retorno do investimento nos estados de cota do salário-educação e a liberação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) também estão entre as reivindicações.

Na conclusão do documento, destacou Teotonio, os governadores reafirmam compromisso com as iniciativas voltadas para a retomada do crescimento, a promoção da justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Camata aplaude êxito dos leilões realizados pela Petrobras

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou satisfação com o êxito dos leilões públicos realizados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), na terça-feira e ontem, que arrecadaram cerca de R\$ 1 bilhão e deverão, segundo afirmou, garantir que o Brasil alcance a auto-suficiência na produção de petróleo em 2006. Essas novas áreas de produção, destacou o senador, apontam o Espírito Santo como a próxima província petrolífera do país, podendo superar o Rio de Janeiro.

Camata contestou a posição contrária às licitações por parte de políticos e juristas, afirmando que representam a "vanguarda do atraso, gente que não entendeu a legislação ou está de má-fé, defendendo os interesses das grandes companhias petrolíferas do mundo que trabalham contra a auto-suficiência do país, porque

não querem perder um bom mercado importador".

O senador pelo Espírito Santo ressaltou que a Petrobras foi a grande vencedora dos leilões, tendo arrematado 61 dos 81 lotes vendidos no primeiro dia, sozinha ou em consórcio com empresas privadas. Ele aplaudiu a firmeza da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, na condução dos leilões e nos esclarecimentos feitos à opinião pública e à Federação Única dos Petroleiros (FUP), contrária à rodada de licitações.

Camata elogiou a decisão da ANP de incluir no leilão 6 mil poços maduros, já perfurados mas com potencial para pequena produção que somente interessa a empresas de pequeno porte, sem interesse comercial para a Petrobras. Ele lembrou que o estado do Texas (EUA) tem milhares de



FIRMEZA Camata exalta atitude da ministra Dilma Rousseff e de José Eduardo Dutra

produtores que literalmente exploram petróleo em seu quintal. Somados, representam um bom empreendimento para o país, disse.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) aplaudiu o êxito dos leilões, dizendo que atingir a auto-suficiência é fundamental para o Brasil, especialmente diante das incertezas crescentes do mercado internacional.



VANTAGENS Conforme Paulo Octávio, gás natural é barato e reduz impacto sobre o meio ambiente

Paulo Octávio defende gasoduto para Distrito Federal

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) comunicou que, junto com o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, está trabalhando para que o governo federal autorize a construção de uma ramificação do gasoduto Brasil/Bolívia para o Distrito Federal. No dia 28 de julho, informou, ele e o governador foram recebidos pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, quando ficou acertado o início dos estudos para viabilizar a obra.

– A ministra já determinou a constituição de um grupo de trabalho para executar a ramificação, que beneficiaria também os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, num total de 1.769 quilômetros de tubulações. Há pouco mais de um mês, em audiência no Palácio do Planalto, levamos também ao ministro da Casa Civil, José Dirceu, a necessidade do apoio federal ao projeto – afirmou o senador.

Depois do encontro com José Dirceu, prosseguiu Paulo Octávio, houve outra reunião com a ministra Dilma Rousseff, da qual participaram a vice-governadora do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia, e os governadores de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT; de Goiás, Marconi Perillo; do Piauí, Wellington Dias; e do Maranhão, José Reinaldo Tavares, para acertar os detalhes finais da ramificação do gasoduto.

– O gás é o melhor caminho para o país. Entre as vantagens do gás natural estão o seu baixo impacto ambiental, a segurança operacional, a não necessidade de estocagem, o aumento da vida útil dos equipamentos e o preço mais barato. Com o gás natural em Brasília, vamos acelerar o crescimento econômico em todo o Distrito Federal.

Comissões decidem sobre cancelamento de vistos

■ Projeto de lei de José Jorge estabelece novos critérios e cria Conselho Nacional de Imigração

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto de lei (PLS 125/04) do senador José Jorge (PFL-PE) que altera a Lei 6.815/80 – que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil – para estabelecer novos critérios para o cancelamento de vistos e criar o Conselho Nacional de Imigração. Se aprovada a proposta, seguirá para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

De acordo com a proposta, o visto concedido a estrangeiro é apenas uma expectativa de di-

Célio Azevedo



DEMOCRACIA Para José Jorge, decisão não pode ficar à mercê de um único ministério

reito, já que a entrada, a estada ou o registro podem ser negados. Além disso, o estrangeiro que sair do país sem recolher a multa prevista pela lei só poderá voltar ao Brasil após o seu pagamento, acrescido de correção monetária.

Na justificativa do projeto, José Jorge explica que a iniciati-

va resultou do episódio em que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cancelou, com base na Lei 6.815/80, o visto concedido ao jornalista norte-americano Larry Rother, autor de reportagem sobre o gosto do presidente por bebidas alcoólicas. Para ele, o cancelamento de vistos é medida grave e não pode ficar à mercê do juízo subjetivo de um único ministério, no caso o Ministério da Justiça.

“A Lei 6.815/80 foi editada quando ainda se iniciava o processo de redemocratização do país, razão pela qual encontramos em seu texto dispositivos que não se coadunam com a liberdade democrática vivida no Brasil. A Constituição federal vigente assegura a liberdade plena da imprensa e a livre manifestação do pensamento”, comenta o senador.

Antero sugere suspensão só depois de decisão do STF

O recente caso do correspondente do *The New York Times*, Larry Rother, ameaçado de expulsão do país, motivou o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) a apresentar projeto de lei que prevê a suspensão do visto de permanência concedido a estrangeiros somente após decisão transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal (STF).

A proposta de Antero (PLS 122/04), que aguarda relatório do senador João Batista Motta (PMDB-ES) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), retira do Ministério da Justiça a competência para decidir casos como o do jornalista norte-americano. A

atual legislação (Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980) define as hipóteses em que o visto ao estrangeiro não será concedido, entre as quais aquela em que a pessoa for considerada nociva à ordem pública ou aos interesses nacionais. Mas deixa essa decisão a critério da pasta da Justiça.

Na justificativa do projeto, Antero enfatiza a importância das liberdades democráticas como uma das principais conquistas da sociedade brasileira no final do século 20.

“É inadmissível que, atualmente, possamos aceitar que o Poder Executivo, a partir de um mero despacho de uma autoridade federal, possa expulsar de

Roosevelt Pinheiro



MUDANÇA Antero quer retirar do Ministério da Justiça competência para decidir casos como o de Rother

nosso país jornalista que teria cometido o ‘crime’ de publicar uma matéria contrária ao governo”, protesta o senador.

Antero Paes de Barros acrescenta que, se a expulsão do jornalista americano Larry Rother tivesse se concretizado, seria um precedente que poderia ameaçar a liberdade de expressão no país.



ANÁLISES Mensagens indicando nomes de técnicos para órgãos como a Anvisa devem aumentar mais ainda o trabalho dos senadores da comissão

Pauta da CAS tem 76 projetos terminativos

Nada menos do que 76 projetos de lei de autoria de senadores aguardam oportunidade para serem votados em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Esses projetos já cumpriram todas as etapas de tramitação no colegiado e, se aprovados, seguem direto para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja solicitação de um décimo da Casa – um total de nove senadores – para que sejam votados no Plenário do Senado.

É bem provável que até o final do ano os membros da CAS examinem parte da extensa pauta, que deverá ser engrossada com o envio, pelo Executivo, de mensagens presidenciais indicando nomes de técnicos para órgãos governamentais, a exemplo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). É que compete à comissão sabatar e votar as indicações, antes de o Plenário dar a palavra final sobre essas matérias. Isso sem contar com projetos do governo e outros apresentados por deputados federais que chegam a atingir o montante de 127 proposições. Ao todo, são 203 projetos.

A maioria deles se refere à área de saúde, a exemplo da proposta do senador Romeu Tuma (PFL-SP) tornando obrigatório que as bulas de

medicamentos sejam impressas em letras cujas dimensões permitam a leitura fácil dos consumidores.

Consta da pauta ainda projeto (PLS 98/03), do senador Papaléo Paes (PMDB-AP), que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a dar assistência farmacêutica aos portadores de hipertensão arterial, bem como o de autoria do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) – PLS 77/03 – que torna obrigatória a presença de um psicólogo nos serviços de saúde pública e privada.

Projetos alterando dispositivos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também dominam a pauta da CAS, como o PLS 131/99, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que permite saques de parte da conta para que o titular possa constituir microempresa.

A CAS, presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), deve apreciar ainda projetos que regulamentam profissões, como o do então senador Lauro Campos que regulamenta a profissão de sacerdote (PLS 216/02), e do então senador Eurípedes Camargo (PLS 18/03), que dispõe sobre o exercício da profissão de mestre e de encarregado de obras.

Projeto que reduz jornada de trabalho tem parecer favorável

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado já tem parecer favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC 75/03), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que reduz a jornada de trabalho semanal. De acordo com a PEC, a duração do trabalho normal não poderá ser superior a oito horas diárias e a 36 horas semanais. Atualmente, a Constituição prevê 40

horas semanais.

Ainda de acordo com a PEC, a mudança é gradativa. A proposta prevê que, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte ao do exercício em que for aprovada essa emenda constitucional, a jornada de trabalho normal não poderá ser superior a 40 horas semanais, diminuindo gradativamente e anualmente em uma hora por ano até o limite míni-

mo de 36 horas semanais.

O parecer favorável do relator é do senador Marcelo Crivella (PL-RJ). Na justificativa da proposta, Paulo Paim diz que ela “reflete o anseio popular e a evolução nas relações trabalhistas”. Ele cita outros países, onde a carga horária de trabalho anual está em torno de 1.400 horas, enquanto no Brasil essa mesma carga horária chega a 2.100 horas.

– Na Europa, esse debate tem recebido muito destaque. Na França, principalmente, a discussão tem se concentrado na redução da jornada de trabalho padrão, já que lá denotaram que a diminuição do número médio de horas trabalhadas por empregado aumentou o nível de emprego. Fato comprovado por 87% da população francesa – justificou o senador Paulo Paim.



LIMITES Paim: proposta de 8 horas de trabalho por dia ou 36 horas semanais pode gerar mais empregos

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Sérgio Zambiasi e pela senadora Serys Slhessarenko